



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRA MARTINS**

CONCURSO PÚBLICO Nº 03/2014

PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

Nome do candidato: _____

Número de Inscrição: _____

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO:

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem este Concurso Público.

1. Verifique se este caderno contém 60 (sessenta) questões. Caso contrário, solicite ao fiscal a sala a sua substituição.
2. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D, E, sendo apenas 1 (uma) resposta correta.
3. O tempo para a realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo o preenchimento da grade de respostas. O candidato só poderá retirar-se do recinto da prova após 2 (duas) horas do início da aplicação e em nenhuma hipótese poderá levar consigo este caderno de provas. Os dois últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a ata de prova.
4. Nenhuma informação sobre as instruções e/ou conteúdo das questões será dada pelo fiscal, pois são parte integrante da prova.
5. No Caderno de Provas o candidato poderá rabiscar, riscar, calcular, etc.
6. Os gabaritos preliminares serão divulgados conforme o Cronograma de Execução no site www.legalleconcursos.com.br.
7. Você pode anotar suas respostas no Cartão-resposta rascunho e levar consigo.

LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: Para responder às questões de números 01 a 10, considere o texto abaixo.

A NAU AVARIADA

LYA LUFT

No artigo anterior escrevi sobre o desejo (ingênuo) de união, uma vez que estamos todos neste grande navio onde nada funciona bem: economia, saúde, educação, infraestrutura, honradez e confiança nas instituições. De vez em quando é bom permitir-se um desejo inocente. A realidade, porém, é outra, disso todos sabemos, sobretudo quem inventa artifícios para se firmar em seu posto, como dizer que está tudo muito bem.

Está tudo periclitando: dois dos pilares de uma nação soberana são confiança e verdade — estas estão gravemente abaladas no Brasil. Agora mesmo começam ___ medidas que, segundo tantos, seriam tomadas pela oposição caso ela vencesse: cortes e aumentos. O povo pobre, cansado, exaurido e iludido, não tinha como prever isso, agora paga ___ alta conta. E diz, suspirando: "Vamos tocar em frente". Também se afirma que puseram fim ___ pobreza no país, a miséria já não existe: um dos recursos foi inventar que todo aquele que ganha acima de 300 reais por mês é classe média. Sem comentários.

Outra base é a liberdade: uma nação não é soberana se os cidadãos não podem se expressar sem medo de repressão. Ofensas graves podem ser cobradas. Porém, a repetida intenção de regulamentar, isto é, amordaçar, a imprensa revela um autoritarismo impensável numa democracia. A esperança é que o Congresso impeça isso a qualquer custo, incluindo aí vozes honradas e fortes de todos os partidos, ou estaremos fora das nações ditas livres.

Mais um pilar desse fundamento de muitas pernas é a educação, falo e escrevo há tantos anos. Raramente comento algum livro: estou do lado de cá do balcão, escrevo livros, não os estudo nem critico, isso deixo para especialistas ou colegas que o saibam fazer. Mas sugiro minha leitura destes dias: *As Crianças Mais Inteligentes do Mundo*, de Amanda Ripley. Uma experiente jornalista americana acompanhou por um bom tempo três alunos de 2o grau que foram estudar na Finlândia, Coreia do Sul e Polônia. Nesses países estavam os estudantes que mais se destacavam num critério estabelecido mundialmente, o chamado Pisa, que avalia o grau de excelência do ensino em várias nações. O resultado foi que nesses três lugares estavam os melhores alunos, o melhor ensino, os melhores professores, ganhando até de países mais ricos, como os Estados Unidos.

O que os distinguia? Resumindo: rigor. Palavra que nos dá arrepios, nós que somos do "deixa pra lá", "toca em frente", "Deus quis assim", e por aí vai. Rigor significa, nesses casos, primeiro, alta valorização dos professores, muito exigidos na sua preparação, muito estimulados e, conseqüentemente, muito respeitados e bem pagos. O cargo de professor é tão valorizado como a profissão de médico. Portanto, professores satisfeitos, competentes, que por sua vez vão ser exigentes com seus alunos.

Isso não significa frios, cruéis, carrascos, mas respeitosos: só respeito aquele posso exigir algo dentro do possível. Assim, alunos se esforçam, orgulham-se de suas notas, gostam de estudar e trabalhar. Nessas escolas o aluno mais apreciado não é o melhor esportista nem o mais popular, mas o melhor no estudo e na compostura. ___ uma competição saudável e alegre no trabalho pelo futuro pessoal.

Aqui, o estudo é cada vez mais fraco, um deputado propõe que se retire das escolas o ensino do inglês; uma alta autoridade sugere o mesmo para "matérias inúteis como filosofia e sociologia, pois os alunos já estudam demais".

Um dado surpreende no citado livro: excelência não tem a ver com raça nem riqueza. Mas não se pode aplicar nada disso reinam miséria e descaso, como revelam frequentes reportagens no Brasil sobre lugares sem escola, escola sem assoalho, sem cadeiras nem mesas, sem material escolar e sem comida para as crianças. Perguntaram a um menininho o que ele mais queria poder comer na escola.

Ele disse, baixinho: "Arroz".

___ outros pilares para estabelecer uma nação soberana e livre, enquanto nós aqui afundamos na omissão e na resignada mediocridade. Merecíamos mais.

Revista VEJA, publicação de 19/11/2014, adaptado.

1) A palavra "avariada" (título do texto) é formada pelo processo de:

- (A) derivação prefixal e sufixal.
- (B) derivação parassintética.
- (C) derivação sufixal.
- (D) composição por justaposição.
- (E) composição por aglutinação.

2) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas contínuas do texto:

- (A) as - a - à - Há - a.

(B) às – à – a – Há – Há.

(C) as – a – à – A – Há.

(D) às – à – a – A – A.

(E) as – a – à – Há – Há.

3) De acordo com o texto:

I) O pronome "estas" (2º parágrafo) funciona como elemento de coesão catafórica.

II) No 2º parágrafo, ao escrever "sem comentários", Lya Luft revela uma visão otimista acerca da situação atual do Brasil.

III) No 7º parágrafo, as aspas foram usadas para marcar a fala de outrem, no caso uma autoridade que não foi expressamente apresentada no texto.

IV) O texto em questão apresenta discurso de base dissertativa injuntiva.

V) A palavra "como", no quinto parágrafo, classifica-se como conjunção comparativa.

Está(ão) correta(s):

(A) Apenas I e III.

(B) Apenas a I, III e IV.

(C) Apenas a II e V.

(D) Apenas III e V.

(E) III, IV e V.

4) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas pontilhadas do texto.

(A) o qual – que – que – onde – quando.

(B) o qual – que – de que – em que – onde.

(C) que – sobre a qual – do qual – onde – onde.

(D) que – sobre a qual – de quem – quando – onde.

(E) que – sobre que – quem – onde – em que.

5) Sobre os elementos de coesão apresentados pelo texto, analise as afirmações que são feitas a seguir:

I) "os" (4º parágrafo) classifica-se como pronome oblíquo tônico, referindo-se a "livros" (4º parágrafo).

II) "o" (4º parágrafo) exerce a função de complemento do verbo "fazer" e refere-se a "estudo" e "critico".

III) "os" (5º parágrafo) refere-se a países, no caso Finlândia, Coreia do Sul e Polônia.

IV) "o mesmo" (7º parágrafo) refere-se à ideia de retirar das escolas e classifica-se como substantivo.

V) "aqui" (7º e 9º parágrafos) refere-se a elemento extratextual, no caso o país em que a autora vive.

Está(ão) correta(s):

(A) Apenas I, II e III.

(B) Apenas a I, III e IV.

(C) Apenas a II e IV.

(D) Apenas II, III e V.

(E) II, III, IV e V.

6) No artigo anterior escrevi sobre o desejo (ingênuo) de união, uma vez que estamos todos neste grande navio onde nada funciona bem (...). A locução conjuntiva grifada na frase acima pode ser corretamente substituída pela conjunção:

(A) quando.

(B) porquanto.

(C) conquanto.

(D) todavia.

(E) contanto.

7) A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo INCORRETO em:

(A) que puseram fim à pobreza no país = que lhe puseram fim.

(B) quem inventa artifícios = quem inventa-os.

(C) que avalia o grau de excelência = que o avalia.

(D) que desviava a verdadeira intenção = que a desviava.

(E) supriam a necessidade = supriam-na.

8) Sem prejuízo para a correção e para a lógica, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois de

I) *anterior*, na frase *No artigo anterior, escrevi sobre o desejo (ingênuo) de união, uma vez que ...* (1º parágrafo).

II) *Mas*, na frase *Mas sugiro minha leitura destes dias ...* (4º parágrafo).

III) *colegas*, na frase ... *isso deixo para especialistas ou colegas que o saibam fazer...* (4º parágrafo).

Está correto o que consta APENAS em:

- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) I.
 - (E) II.
-

9) Acerca das orações apresentadas pelo texto, analise as afirmativas que são feitas a seguir:

I) A primeira ocorrência de *que* (2º parágrafo) introduz uma oração adjetiva que restringe a ideia apresentada na oração principal.

II) A terceira ocorrência de *que* (2º parágrafo) introduz uma oração que exerce a função de objeto direto da oração anterior.

III) A primeira ocorrência de *se* (3º parágrafo) introduz uma oração que dá ideia de condição.

IV) A primeira ocorrência de *que* (3º parágrafo) introduz uma oração que exerce a função de predicativo da oração anterior.

V) "o que" (8º parágrafo) introduz um complemento verbal do verbo "perguntaram".

Está correto o que consta APENAS em:

- (A) I e I.I
 - (B) II e III.
 - (C) I, III, IV e V.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) III, IV e V.
-

10) Apresenta a mesma regência do verbo "escrevi" no sentido em que foi empregado no 1º parágrafo do texto, o verbo:

- (A) gostam (6º parágrafo).
 - (B) respeito (6º parágrafo).
 - (C) revelam (8º parágrafo).
 - (D) significa (6º parágrafo).
 - (E) começam (2º parágrafo).
-

LEGISLAÇÃO

11) Acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Silveira Martins, Lei

Municipal N.º 923, de 19 de julho de 2007, todas as assertivas abaixo estão corretas, exceto:

(A) servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo.

(B) Os cargos em comissão e funções gratificadas podem ser criados com atribuições definidas de chefia, direção ou assessoramento, sendo de livre nomeação e exoneração por ato da autoridade competente de cada Poder, podendo a Lei estabelecer requisitos específicos de escolaridade, habilitação profissional e outros necessários para exercício do cargo e não serão organizados em carreira.

(C) A investidura em cargo público ocorre com a posse.

(D) Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

(E) Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo de trinta dias, contados da data da nomeação.

12) Acerca das formas de provimento dispostos na Lei Municipal Nº. 923, de 19 de julho de 2007, considere as assertivas a seguir:

I) O servidor inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo, pode ser reconduzido ao cargo anteriormente ocupado quando estável.

II) Na readaptação, se efetivada em cargo de padrão de vencimento inferior, ficará assegurado ao servidor vencimento correspondente ao cargo que ocupava.

III) Se julgado incapaz para o serviço público, verificada em inspeção por junta médica de readaptação, o readaptando será investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

IV) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria, sendo que a reversão far-se-á a pedido, no mesmo cargo ou no resultante de sua transformação, porém encontrando-se provido o cargo, o servidor ficará em disponibilidade remunerada até abertura de vaga.

V) É possível a reversão, que se fará a pedido, de servidor que já tenha completado setenta anos de idade.

VI) Quando invalidada a demissão de servidor público por decisão judicial, dar-se-á a reintegração no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação,

havendo ressarcimento integral de todas as vantagens.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Somente está incorreto a assertiva V.
 - (B) Estão incorretas as assertivas III, IV e V.
 - (C) Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
 - (D) Está incorreta a assertiva V e está correta a assertiva IV.
 - (E) Nenhuma das respostas anteriores.
-

13) Sobre as vantagens pagas ao servidor, além do vencimento, previstas na Lei Municipal Nº. 923, de 19 de julho de 2007, assinale a assertiva correta.

- (A) Constituem indenizações ao servidor municipal, as diárias, apenas. No entanto, nos casos em que o deslocamento do servidor constituir exigência permanente do cargo, não fará jus à diária. As indenizações incorporam ao provento para qualquer efeito.
 - (B) Constituem adicionais dos servidores públicos municipais, os adicionais por tempo de serviço; os adicionais pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; e o adicional noturno.
 - (C) A cada 3 (três) anos de efetivo exercício, o servidor municipal efetivo fará jus a um avanço de 5% (cinco por cento) incidente sobre o vencimento básico respectivo. Os avanços dependem de solicitação.
 - (D) Os servidores que trabalhem ou executem com eventualidade atividades insalubres, perigosas ou penosas, fazem jus a um adicional sobre o vencimento básico do cargo.
 - (E) Constituem gratificações dos servidores municipais: a gratificação natalina; a gratificação de unicência; a gratificação de direção; a gratificação de representação pelo exercício de função de confiança e a gratificação de nível superior, somente.
-

14) Acerca do direito de petição ao Poder Público Municipal, assinale a opção correta.

- (A) O pedido de reconsideração poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente. Já o recurso não terá o efeito suspensivo.
- (B) O pedido de reconsideração ou recurso tem efeitos *ex nunc*, ou seja, a decisão que der provimento ao pedido de reconsideração ou recurso retroagirá à data do ato impugnado.

(C) O direito de requerer administrativamente prescreve em 3 (três) anos, quanto aos atos de admissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

(D) Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver proferido a primeira decisão ou ato, podendo ser renovado uma única vez, que neste último caso é julgado obrigatoriamente pelo Prefeito Municipal.

(E) Terá caráter de recurso o pedido de reconsideração quando o prolator da primeira decisão, despacho ou ato tenha sido o Prefeito ou o Presidente da Câmara de Vereadores.

15) Acerca das proibições ao servidor público, julgue as assertivas abaixo com V para verdadeiro e F para Falso.

- () É proibido ao servidor retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento da repartição; mas, é legítimo cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa em situações de emergência e transitórias.
- () É proibido ao servidor assentir fé a documentos públicos.
- () Pode o servidor atuar como intermediário junto a repartições públicas quando se tratar de benefícios assistências de parentes até o segundo grau.
- () É defeso ao servidor praticar usura sob qualquer de suas formas, assim como integrar conselho de empresa prestadora de serviços ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município.
- () Pode o servidor proceder de forma desidiosa no desempenho das funções quando há justificada motivação.

Assinale a opção correta, que preenche as lacuna de cima para baixo:

- (A) V – V – F – V – F
 - (B) V – F – V – V – F
 - (C) F – V – F – V – F
 - (D) V – V – V – V – F
 - (E) F – V – F – F – V
-

16) Acerca das penalidades e das ações disciplinares previstas na Lei Municipal Nº. 923, de 19 de julho de 2007, identifique a opção correta.

(A) A suspensão, que não poderá exceder 90 (noventa) dias consecutivos, implicará na perda

dos direitos decorrentes do exercício do cargo ou função e será aplicada ao servidor que atestar falsamente a prestação de serviço não realizado.

(B) A pena de demissão será aplicada no caso de inassiduidade habitual, que depende de punições anteriores por advertência ou suspensão. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 30 (trinta) dias, intercaladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

(C) A ação disciplinar prescreverá em 5 (cinco) anos, quanto à suspensão.

(D) A pena de demissão será aplicada no caso de abandono de cargo por mais de 30 (trinta) dias úteis.

(E) A abertura de sindicância ou a instauração de processo administrativo disciplinar interrompe a prescrição até a decisão final, proferida por autoridade competente.

17) Sobre vacância de cargo público, marque a alternativa correta.

(A) A vacância de cargo público decorrerá, exclusivamente, de exoneração, demissão, readaptação, aposentadoria e falecimento.

(B) A exoneração de cargo efetivo dar-se-á, de ofício, quando satisfeitas as condições do estágio probatório ou quando ocorrer posse de servidor não estável em outro cargo inacumulável.

(C) As duas únicas hipóteses de exoneração de cargo em comissão, previstas em lei, dar-se-á juízo da autoridade competente ou a pedido do servidor.

(D) A vacância da função gratificada dar-se-á por dispensa, a pedido do servidor, não sendo possível a dispensa de ofício.

(E) Será exonerado o servidor que não tendo tomado posse, entrar em exercício.

18) Acerca do regime de trabalho, analise as assertivas a seguir e assinale a opção incorreta.

(A) A prestação de serviços extraordinários só poderá ocorrer por determinação da autoridade competente, mediante solicitação do chefe da repartição ou órgão a que estiver subordinado o servidor, ou de ofício.

(B) A prestação de serviços extraordinários não poderá exceder a duas horas diárias, salvo casos excepcionais devidamente justificados, respeitado o limite máximo de 60 (sessenta) horas mensais.

(C) O ocupante de cargo em comissão ou de função gratificada não poderá ser remunerado por serviço extraordinário.

(D) O serviço extraordinário terá um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação a remuneração da hora normal de trabalho.

(E) Nos serviços públicos municipais ininterruptos poderá ser exigido o trabalho nos dias feriados e religiosos, caso em que as horas trabalhadas serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), salvo se concedido outro dia de folga compensatória.

19) Acerca das férias, assinale a opção correta.

(A) As férias poderão ser gozadas consecutivamente ou em 3 (três) parcelas nunca inferiores a 10 (dez) dias.

(B) Perderá o direito de férias o servidor que no período aquisitivo tiver incorrido em mais de 15 (quinze) faltas não justificadas.

(C) A concessão das férias será comunicada por escrito ao servidor, com antecedência mínima de (30) trinta dias, mencionando o período de gozo, devendo o mesmo opor assinatura na comunicação. Vencido o prazo legal para a concessão das férias sem que a administração as tenha concedido, é facultado ao servidor, dentro de 90 (noventa) dias seguintes, escolher a época de gozo a que tenha direito, devendo comunicar por escrito ao setor competente com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

(D) As férias dos integrantes do Magistério Municipal são de 30 (trinta) dias por ano, contudo, as docentes em exercício de regência de classe, em unidade escolar, fazem jus a 45 (quarenta e cinco) dias de férias anuais, distribuídos nos períodos de recesso escolar.

(E) As férias poderão ser interrompidas por motivo de comoção interna, de convocação para júri ou em caso de convocação para serviço eleitoral.

20) Marque a opção que apresenta um ou mais afastamentos que não é considerado como de efetivo exercício.

(A) férias; até 5 (cinco) dias para casamento; exercício de cargo em comissão ou equivalente no Município; e, desempenho de mandato eletivo federal.

(B) doação de sangue, por 1 (um) dia, mediante comprovação; convocação para o serviço militar obrigatório, júri e outros serviços obrigatórios por lei; e, licença para participar em cursos de capacitação técnica e profissional.

(C) participação ou convocação para competições desportivas, de caráter estadual; cedência; prestação de provas em concurso público; licença para participar em cursos de pós-graduação.

(D) prestação de provas em exame supletivo ou de habilitação em curso superior; licença para tratamento de saúde; e, licença-prêmio.

(E) licença por acidente em serviço; licença para concorrer a cargo eletivo; licença à gestante; licença por motivo de doença em pessoa da família, quando não remunerada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Sobre princípios, direitos e garantias fundamentais, considere as assertivas a seguir:

I) Para o exercício do direito de reunião pacífica, sem armas e lugar aberto ao público, não se exige prévia autorização da autoridade, mas se exige que a ela seja dirigido aviso antecedente.

II) O exercício do direito de criar associação depende de autorização da autoridade pública competente.

III) A decretação de greve por questões salariais, fora da época de dissídio coletivo, não encontra amparo no direito de greve assegurado na Constituição Federal de 1988.

IV) A lei pode estabelecer diferenças de direitos entre brasileiros natos e naturalizados, sempre que isso seja comprovadamente relevante para a segurança nacional.

V) A legitimidade ativa para propor *habeas corpus*, em favor de terceiro, independentemente da sua capacidade civil e política, não se estende ao menor de dezoito anos, em razão dos requisitos essenciais para a validade dos atos judiciais.

(A) Somente a assertiva V está correta.

(B) As assertivas I, III e IV estão incorretas.

(C) A assertiva I está correta e as assertivas II e IV estão incorretas.

(D) Somente as assertivas III e II estão incorretas.

(E) Nenhuma resposta anterior está correta.

22) Sobre interpretação das normas constitucionais, julgue com V para verdadeiro e com F para falso as assertivas a seguir:

() Para interpretar restritivamente uma norma constitucional, o intérprete deve restringir o domínio normativo atingido pela efetividade da norma para adequá-lo ao programa normativo.

() A norma constitucional é auto-legitimante, ou seja, colocando-se no vértice superior da pirâmide, é o polo irradiador de legitimação no interior do sistema jurídico. Se serve de anteparo para as normas infraordenadas, não tem assento em qualquer disposição normativa.

() Uma das formas de distinguir princípios de regras dar-se-á pela "proximidade" da ideia de direito; enquanto os princípios são 'standards' juridicamente vinculantes radicados nas exigências de 'justiça' (Dworkin) ou na 'ideia de direito' (Larenz); as regras podem ser normas vinculativas com um conteúdo meramente funcional.

() No conflito entre regras, uma das regras em conflito pode ser afastada pelo princípio da especialidade; enquanto na colisão de princípios, não há o afastamento de qualquer dos princípios em colisão, diante das condições do caso concreto, um princípio prevalecerá sobre o outro.

() Na solução dos problemas jurídico-constitucionais deve dar-se prevalência aos pontos de vista que, tendo em conta os pressupostos da Constituição (normativ(A), contribuem para uma eficácia ótima da lei fundamental; consequentemente, deve dar-se primazia às soluções hermenêuticas que, compreendendo a historicidade das estruturas constitucionais, possibilitam a 'atualização' normativa, garantindo, do mesmo pé, a sua eficácia e permanência; o que refere-se ao Princípio da unidade da Constituição.

(A) V - V - F - V - F

(B) V - V - V - V - V

(C) F - V - F - F - V

(D) V - V - V - V - F

(E) F - F - V - F - F

23) Compete à Justiça _____ processar e julgar Prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio da municipalidade, em razão de convênio com a autarquia federal; e compete à Justiça _____ processar e julgar Prefeito municipal por desvio de verba sujeita à prestação de contas perante órgão federal.

(A) Estadual - Federal

(B) Estadual - Estadual

(C) Federal - Federal

(D) Federal - Estadual

(E) Nenhuma das respostas anteriores, pois quem processa e julga o prefeito municipal em

todos os crimes de responsabilidade é a Câmara Municipal local.

24) Acerca do controle de constitucionalidade, considere as seguintes assertivas:

I) Não é admissível a concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

II) Cabe recurso extraordinário de decisão do Tribunal de Justiça em ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Estadual, se o preceito da Constituição Estadual violado for de repetição compulsória em decorrência da Constituição Federal.

III) As leis municipais não podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal de Justiça.

IV) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político independentemente de representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

V) A ação direta de inconstitucionalidade admite intervenção de terceiros, enquanto a ação direta de constitucionalidade não admite a intervenção de terceiros.

(A) Está correta a assertiva IV e incorreta a assertiva V.

(B) Estão corretas as assertivas II, III e IV, as demais estão incorretas.

(C) Somente a assertiva II está correta.

(D) Estão incorretas as assertivas II, IV e V.

(E) Somente está correta a assertiva IV.

25) O Município de Silveira Martins, por meio de regular procedimento, tombou um imóvel particular, situado em área urbana, a fim de preservar seu valor histórico-cultural. Nesse contexto, de acordo com o ordenamento jurídico em vigor e com o posicionamento dos tribunais pátrios a respeito do tema, é possível afirmar:

(A) O Poder Público, de forma independente, promoverá e protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância,

tombamento e desapropriação e de outras formas e acautelamento e preservação.

(B) O tombamento não gera direito à indenização ao proprietário, mesmo se houver prova que tal ato gerou prejuízo àquele.

(C) Veda ao proprietário ou possuidor do bem alterar, destruir ou mutilá-lo. O proprietário ou possuidor poderá, porém, efetuar obras de restauração, independentemente de prévia autorização do órgão competente.

(D) Embora ostente caráter de definitividade, pode ocorrer o destombamento, caso desapareçam os fundamentos que deram suporte ao ato.

(E) O ato de tombamento se sujeita a controle judicial, no qual poderá ser aferida a ocorrência de vícios de forma e de competência, isto é, quanto à sua legalidade. No tocante ao mérito do ato, em regra não será possível ao judiciário apreciá-lo, sobretudo em relação ao valor histórico e artístico do bem, mesmo havendo controvérsia na avaliação acerca desse ponto, sendo ilícito ao juiz determinar a realização de perícia técnica para esclarecer a questão.

26) É exemplo de ato administrativo praticado pela Administração Pública de Silveira Martins no exercício de seu poder de polícia preventivo:

(A) demolição de obra que havia sido feita em área pública por um restaurante da cidade, a fim de expandir o seu espaço ao ar livre.

(B) interdição de estabelecimento comercial por não respeitar o limite sonoro estabelecido.

(C) imposição de multa pela não apresentação de livros fiscais tempestivamente.

(D) apreensão de mercadorias comercializadas pelo camelódromo local clandestinamente.

(E) autorização para circulação excepcional de veículo durante o horário de rodízio.

27) Sobre a responsabilidade civil do Estado, são feitas as seguintes afirmativas:

I) Pela teoria do risco administrativo, o Estado responde objetivamente pelos danos que causar, ou seja, em regra basta que uma conduta estatal cause um dano indenizável a alguém para que o Estado tenha de responder civilmente.

II) O agente público responde pelos danos que causar a terceiros, perante a pessoa com quem trabalha, independente de dolo ou culpa.

III) As pessoas jurídicas prestadoras de serviço público, como concessionárias de serviço público, por exemplo, nas áreas de água e esgoto, energia

elétrica, telefonia, etc., respondem pelos danos que seus agentes causarem, independentemente de culpa, incluindo, nessa hipótese, terceiro não usuário do serviço público.

Está(ão) correta(s):

- (A) apenas I.
 - (B) apenas II.
 - (C) apenas III.
 - (D) apenas I e III.
 - (E) apenas II e III.
-

28) O Município de Silveira Martins, para a realização deste concurso público, realizou processo licitatório na modalidade tomada de preço. Com base nessa modalidade, e na lei 8.666/93, é INCORRETO afirmar:

- (A) Na tomada de preços, o momento da habilitação deve ocorrer previamente, ou seja, até o 5º dia anterior à data do recebimento das propostas.
 - (B) Só pode participar dessa modalidade quem já esteja previamente cadastrado.
 - (C) A tomada de preços pode ser conceituada como a modalidade destinada a transações de médio vulto, ou seja, para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 1,5 milhões, e, quanto às compras e demais serviços, no caso do concurso, de valor até R\$ 650 mil.
 - (D) É defesa a utilização dessa modalidade para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de concorrência, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.
 - (E) O certificado de registro cadastral é um documento que deverá ser apresentado pelo interessado em participar de processo licitatório na modalidade tomada de preço.
-

29) Sobre a concessão de serviço público, são feitas as seguintes afirmações:

I) Por concessão, entende-se a atribuição pelo Estado, mediante licitação, do exercício de um serviço público de que é titular, a alguém que aceita prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteradas bilateralmente.

II) O concessionário de serviço público recebe tanto a titularidade quanto o exercício do serviço público, embora seja o Estado quem deva determinar as regras e fiscalizará o particular.

III) Quanto à remuneração do concessionário, esta se dará apenas por tarifa e subsídio, ou seja, não é possível por outros meios alternativos, como a publicidade.

Está(ão) INCORRETA(S):

- (A) apenas a I.
 - (B) apenas II.
 - (C) apenas III.
 - (D) apenas II e III.
 - (E) I, II e III.
-

30) Sobre os requisitos dos atos administrativos, é possível afirmar:

- (A) São vícios de competência a usurpação de função, o excesso de poder e o desvio de poder.
 - (B) O objeto de um alvará para construir uma obra na cidade de Silveira Martins, por exemplo, é a licença.
 - (C) O motivo de direito para interditar um estabelecimento é o fato de este não ter licença e o motivo de fato é a lei proibir o funcionamento sem licença.
 - (D) De acordo com a Teoria dos Motivos Determinantes, o motivo para a prática do ato condiciona sua existência.
 - (E) O desvio de poder ocorre quando um agente exerce uma competência que não possuía, para alcançar finalidade diversa daquela para a qual foi criada.
-

31) Sobre o Direito Tributário, são feitas as seguintes afirmações:

I) É o conjunto de normas que regula o comportamento das pessoas de levar dinheiro aos cofres públicos.

II) O Código Tributário Nacional classifica-se formalmente como lei ordinária.

III) A partir do conceito legal de tributo, é possível afirmar que a multa não é espécie de tributo porque o tributo não é sanção por ato ilícito, e a multa é sanção pecuniária por prática de ato ilícito. Assim, quando o Município de Silveira Martins, pelo poder de polícia, multa determinado estabelecimento por não cumprir as normas de silêncio noturno, não está aplicando um tributo.

IV) Ao passo que a cobrança de taxas deve sempre decorrer de uma situação que independa de qualquer atividade estatal específica, o imposto é tributo vinculado à determinada atividade estatal voltada ao contribuinte.

V) O tributo que tem por fato gerador o exercício regular de poder de polícia, como, por exemplo, a fiscalização dos serviços notariais e registrares, é denominada tarifa.

Está(ão) correta(s):

- (A) apenas I e III.
- (B) apenas I, II e III.
- (C) apenas I, II e V.
- (D) apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III, IV e V.

32) De acordo com a Constituição Federal, o Município de Silveira Martins tem competência para instituir os seguintes tributos:

- (A) ITBI, IPTU, ISS e ITCMD.
- (B) IE, IR, IPI, IOF, IPTU.
- (C) IPVA, ICSM, taxas e contribuições de melhoria.
- (D) ITBI, IPTU, ISS e contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública.
- (E) ITCMD, IPVA, contribuições de melhoria e contribuição dos servidores para custeio do regime previdenciário próprio.

33) Sobre os princípios que norteiam o Direito Tributário, são feitas as seguintes afirmações:

I) O princípio da anterioridade tributária não guarda pertinência com o postulado da não surpresa tributária.

II) Atende ao princípio da anterioridade de exercício a publicação, no Diário Oficial, da lei instituidora de imposto no dia 31/12, sábado, apesar de a sua circulação dar-se apenas na segunda-feira.

III) O princípio da irretroatividade da lei tributária é violado quando a lei é aplicada de maneira interpretativa a ato ou fato pretérito, excluindo a aplicação de penalidade à infração.

IV) Sobre o princípio da capacidade contributiva, é correto afirmar que é o principal critério de aplicação da igualdade tributária no âmbito dos impostos com finalidade fiscal.

V) Pelo princípio da uniformidade geográfica, o Município de Silveira Martins não pode conceder

incentivo fiscal destinado a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre diferentes regiões do Município.

Está(ão) correta(s):

- (A) apenas I e III.
- (B) apenas II e IV.
- (C) apenas I, III e V.
- (D) apenas II, IV e V.
- (E) apenas III e IV.

34) Em caso de conflito sobre competência tributária entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Silveira Martins, este deverá ser resolvido por:

- (A) lei delegada.
- (B) lei complementar.
- (C) lei ordinária.
- (D) decreto legislativo.
- (E) medida provisória.

35) Willian, morador da cidade de Silveira Martins, proprietário de imóvel urbano, foi inscrito em dívida ativa. A respeito do termo de inscrição em dívida ativa, este deve conter, EXCETO:

- (A) a data em que foi inscrita.
- (B) a origem e a natureza do crédito e a disposição da lei em que seja fundado.
- (C) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora.
- (D) o nome do devedor, dos corresponsáveis e, impreterivelmente, seus domicílios ou residências.
- (E) autenticação por autoridade competente.

36) Sobre a Certidão de Dívida Ativa (CDA), é possível afirmar:

- (A) A nulidade de uma CDA pode ser sanada até a sentença nos embargos à execução fiscal, mediante substituição da certidão nula, devolvendo-se prazo para a defesa em relação à parte modificada.
- (B) É cabível a extinção da Execução Fiscal com base na nulidade da CDA, sem a anterior intimação da Fazenda Pública para emenda ou substituição do título executivo, quando se tratar de erro material ou formal.

(C) É impossível prosseguir a execução da parte válida da CDA mesmo se, por cálculos aritméticos, for possível aferir os valores.

(D) Configura título executivo judicial.

(E) Poderá ser expedida a certidão positiva de débitos com efeitos de negativa quando os débitos forem objeto de execução fiscal na qual foi apresentada apenas exceção de pré-executividade.

37) De acordo com a Lei Orgânica do Município de Silveira Martins, sobre o Sistema Tributário Municipal são feitas as seguintes afirmações.

I) O sistema tributário compreende os seguintes tributos: impostos; taxas, em razão de exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; e contribuição de melhoria, decorrentes de obras públicas.

II) Em qualquer hipótese, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

III) Será divulgado, até o último do mês subsequente ao da arrecadação, o

montante de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos.

IV) A concessão de anistia, remissão, isenção, benefícios e incentivos fiscais que envolva matéria tributária ou dilatação de prazos de pagamento de tributo, só poderá ser feita com a autorização do Prefeito Municipal.

V) O sistema tributário no Município é regulado pelo disposto na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na legislação complementar pertinente e na lei orgânica.

Está(ão) INCORRETA(s):

(A) apenas I e III.

(B) apenas II e IV.

(C) apenas I, III e V.

(D) apenas II, IV e V.

(E) apenas III e IV.

38) A Política Nacional do Meio Ambiente (PNM(A)) pode ser conceituada como aquela que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, tendo como princípios:

(A) ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso individual.

(B) racionalização apenas do uso do solo e do subsolo.

(C) planejamento e não-fiscalização do uso dos recursos ambientais.

(D) controle e zoneamento das atividades apenas efetivamente poluidoras, não incluindo as potencialmente poluidoras.

(E) educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusiva na educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

39) O Município de Silveira Martins pretende construir uma estrada para melhorar a ligação da cidade com os Municípios de Santa Maria e São João do Polêsine. A obra em questão gerará impacto nos três Municípios. Diante do caso, a competência para executar o licenciamento ambiental é:

(A) é da União, pois o impacto, além de ser regional, será também nacional.

(B) é do estado do Rio Grande do Sul, pois o impacto será em dois Municípios.

(C) é do Município de Silveira Martins, pois o impacto maior é no Município de Silveira Martins.

(D) é do Município de Santa Maria, pois o impacto maior é no Município de Santa Maria.

(E) é do Município de Silveira Martins, pois a iniciativa partiu deste e será o maior beneficiado.

40) A política de desenvolvimento urbano, segundo a Constituição Federal, deve ser executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais ficadas em lei, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Assim, segundo o Estatuto da Cidade, são diretrizes gerais da política urbana que devem ser seguidas pelo Município de Silveira Martins:

(A) regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas gerais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, desconsiderada a situação socioeconômica da

população, levando em conta apenas as normas ambientais.

(B) gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas apenas dos segmentos mais importantes da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

(C) garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações, não considerando o direito à moradia;

(D) planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, não se preocupando em corrigir distorções já existentes;

(E) adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais

41) Walter, médico conveniado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em atendimento em hospital particular, exigiu para si vantagem pessoal a fim de que Teresa não aguardasse procedimento de urgência na fila do SUS. Sobre a conduta de Pedro, é correto afirmar:

(A) Para fins penais, Pedro deve ser considerado funcionário público, pois os serviços de saúde, conquanto prestados pela iniciativa privada, consubstanciam-se em atividade de relevância pública.

(B) O médico não pode ser equiparado a funcionário público para fins penais, porquanto, conforme artigo 327, §1º do Código Penal, não exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, já que atendeu a paciente em hospital particular.

(C) Equipara-se a funcionário público, pois trabalha para empresa prestadora de serviço contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública, como é o caso da Saúde.

(D) Não pode ser equiparado a funcionário público para fins penais, visto que solicitou vantagem a fim de auxiliar a paciente, evitando que esta aguardasse procedimento de urgência na fila do SUS em um hospital particular.

(E) Por exercer função delegada da Administração, Pedro não se equipara a funcionário público para fins penais.

42) Sobre os crimes contra a fé pública, são feitas as seguintes afirmações.

I) Trata-se dos crimes de moeda falsa, emissão de título ao portador sem permissão legal, falsificação de papéis públicos, falsificação de selo ou sinal público, falsificação de documento público e de documento particular, falsidade ideológica, falso reconhecimento de firma ou letra, certidão ou atestado ideologicamente falso, falsidade de atestado médico, reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica, uso de documento falso e supressão de documento.

II) Por fé pública se entende o sentimento coletivo de crença na autenticidade de determinadas informações.

III) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Federal.

IV) Conforme o artigo 298, do Código Penal, no caso de fotocópia autenticada de documento particular o crime será de falsificação de documento. Em caso de falsificação da autenticação, daí será público.

V) Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído à empresa privada.

Está(ão) correta(s):

(A) apenas I e III.

(B) apenas II, IV e V.

(C) apenas I, II e IV.

(D) apenas II e V.

(E) I, II, III, IV e V.

43) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida, em razão da função que exerce, constitui o crime de:

(A) Extorsão.

(B) Concussão.

(C) Prevaricação.

(D) Corrupção Ativa.

(E) Corrupção Passiva.

44) Atualmente é possível se falar em um novo Direito Civil, marcado, especialmente, pelos seguintes elementos, EXCETO:

- (A) Privatização do Direito Civil.
 - (B) Constitucionalização do Direito Civil.
 - (C) Humanização do Direito Civil.
 - (D) Normatização da biotecnologia.
 - (E) Unificação no plano obrigacional entre o Direito Civil e o Direito Comercial.
-

45) Sobre a Lei de Introdução do Direito Brasileiro, são feitas as seguintes afirmações.

I) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.

II) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

III) O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, independente de expressa anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro.

IV) A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*.

V) Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos: haver sido proferida por juiz competente; terem sido os partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia; ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; estar traduzida por intérprete autorizado; ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Está(ão) incorreta(s):

- (A) apenas I e III.
 - (B) apenas II e IV.
 - (C) apenas I, III e V.
 - (D) apenas IV e V.
 - (E) I, II, III, IV e V.
-

46) A respeito das pessoas naturais e jurídicas está correto o que se afirma na alternativa:

(A) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil, iniciando a personalidade civil da pessoa com o nascimento com vida, não pondo a lei a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

(B) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezesseis anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade; e os pródigos.

(C) Cessar, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos; pelo casamento; pelo exercício de emprego público efetivo; pela colação de grau em curso de ensino superior; pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com catorze anos completos tenha economia própria.

(D) Serão registrados em registro público os nascimentos, casamentos e óbitos; a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz; a interdição por incapacidade absoluta ou relativa; a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

(E) Far-se-á averbação em registro público das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal; dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação; dos atos judiciais ou extrajudiciais de adoção.

47) A prescrição

(A) deve ser arguida em preliminar de contestação, sob pena de preclusão.

(B) não corre contra o relativamente incapaz.

(C) pode ser convencionada entre as partes.

(D) não corre contra ascendentes e descendentes, mesmo depois de extinto o poder familiar.

(E) é interrompida pelo protesto cambial.

48) Sobre Prova, conforme o Código Civil é incorreto afirmar:

(A) Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado

mediante confissão; documento; testemunha; presunção; e perícia.

(B) A escritura pública deve conter data e local de sua realização; reconhecimento da identidade e capacidade das partes e de quantos hajam comparecido ao ato, por si, como representantes, intervenientes ou testemunhas; nome, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio e residência das partes e demais comparecentes, com a indicação, quando necessário, do regime de bens do casamento, nome do outro cônjuge e filiação; manifestação clara da vontade das partes e dos intervenientes; referência ao cumprimento das exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato; declaração de ter sido redigida na presença das partes e demais comparecentes; assinatura das partes e dos demais comparecentes, bem como a do tabelião ou seu substituto legal, encerrando o ato.

(C) A prova do instrumento particular pode suprir-se pelas outras de caráter legal.

(D) Os documentos redigidos em língua estrangeira serão traduzidos para o português para ter efeitos legais no País.

(E) Não podem ser admitidos como testemunhas os menores de dezesseis anos; aqueles que, por enfermidade ou retardamento mental, não tiverem discernimento para a prática dos atos da vida civil; os cegos e surdos, quando a ciência do fato que se quer provar dependa dos sentidos que lhes faltam; o interessado no litígio, o amigo íntimo ou o inimigo capital das partes; os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade, ou afinidade.

49) A responsabilidade civil objetiva no direito brasileiro, salvo nos casos especificados em lei, será reconhecida nas atividades normalmente geradoras de:

- (A) risco.
 - (B) imperícia.
 - (C) negligência.
 - (D) insegurança.
 - (E) imprudência.
-

50) Serão representados em juízo, ativa e passivamente, exceto:

- (A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores.
- (B) o Município, por seu procurador.
- (C) a massa falida, pelo síndico.

(D) a herança jacente ou vacante, por seu curador.

(E) o espólio, pelo inventariante.

51) Sobre o Ação de Execução Fiscal, de acordo com o Código de Processo Civil, são feitas as seguintes afirmativas:

I) A execução fiscal será proposta no foro do domicílio do réu; se não o tiver, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.

II) Na execução fiscal, a Fazenda Pública poderá escolher o foro de qualquer um dos devedores, quando houver mais de um, ou o foro de qualquer dos domicílios do réu; a ação poderá ainda ser proposta no foro do lugar em que se praticou o ato ou ocorreu o fato que deu origem à dívida, embora nele não mais resida o réu, ou, ainda, no foro da situação dos bens, quando a dívida deles se originar.

III) Sempre que, para efetivar a execução, for necessário o emprego da força policial, o oficial de justiça a requisitará.

Está(ão) correta(s):

- (A) apenas I.
 - (B) apenas II.
 - (C) apenas III.
 - (D) apenas I e II.
 - (E) I, II e III.
-

52) Acerca do litisconsórcio, o artigo 48 do Código de Processo Civil prevê que os litisconsortes serão considerados independentes com relação à parte contrária. Nesse sentido, considere as assertivas a seguir:

I) Se somente um litisconsorte contesta, os outros aproveitam.

II) Se somente um litisconsorte recorre, os outros aproveitam.

III) Se somente um litisconsorte confessa, os outros serão prejudicados.

IV) Litisconsortes com advogados diferentes têm prazo em dobro para se manifestar no processo.

V) Quanto às formas, o litisconsorte necessário sempre será unitário.

Está(ão) incorreta(s):

- (A) somente V.

- (B) apenas II e III.
 - (C) apenas I e II.
 - (D) apenas II, III e IV.
 - (E) apenas II, IV e V.
-

53) Acerca do instrumento processual de concessão da tutela cautelar, é correto afirmar que:

(A) Trata-se de autorização concedida ao Estado-juiz para que conceda não apenas as medidas cautelares típicas previstas no Código de Processo Civil, mas também medidas cautelares inominadas.

(B) O juiz, a quem caberá exercer o poder geral de cautela, poderá optar livremente por prestar a tutela adequada por meio das medidas cautelares nominadas existentes e aplicáveis ao caso concreto ou por meio de medidas cautelares existentes e aplicáveis ao caso.

(C) O poder geral de cautela pode ser exercido pelo magistrado mesmo que inexista qualquer processo em curso, uma vez que se pauta no princípio da efetividade das decisões judiciais.

(D) O sistema processual civil não prevê nenhum caso de medida cautelar inominada a ser deferida pelo juiz em base em seu poder geral de cautela.

(E) Por força de seu caráter de urgência, o poder geral de cautela dispensa qualquer tipo de fundamentação por parte do magistrado que profere a decisão.

54) Sobre jurisdição e ação, conforme o Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.

(A) A jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes, em todo o território nacional.

(B) O juiz poderá prestar a tutela jurisdicional mesmo quando a parte ou interessado não a requerer, nos casos e forma legais.

(C) Para propor ou contestar a ação é necessário ter interesse e legitimidade.

(D) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica ou da autenticidade ou falsidade de documento.

(E) Se, no curso do processo, se tornar litigiosa relação jurídica de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide, qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por sentença.

55) Extingue-se o processo, sem resolução de mérito, exceto:

(A) quando o juiz indeferir a petição inicial.

(B) quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.

(C) quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 60 (sessenta) dias.

(D) quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.

(E) quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.

56) São requisitos da petição inicial, exceto:

(A) o juiz ou tribunal, a que é dirigida.

(B) os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do réu.

(C) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.

(D) o pedido, com suas especificações.

(E) o valor da causa.

57) O Código de Processo Civil prevê, no Título X, sobre os Recursos. A respeito deles, são feitas as seguintes afirmações.

I) São cabíveis os seguintes recursos: apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário e embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.

II) O recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução da sentença. A interposição do agravo de instrumento, por sua vez, obsta o andamento do processo.

III) No ato de interposição do recurso, a parte recorrente deverá demonstrar o recolhimento das custas e portes.

IV) A ausência de preparo implica na deserção do recurso.

V) Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.

Está(ão) correta(s):

(A) apenas I e II.

(B) apenas III e IV.

- (C) apenas I, III e V.
 - (D) apenas III, IV e V.
 - (E) I, II, III, IV e V.
-

58) A sentença de mérito, transitada em julgada, pode ser rescindida quando, exceto:

- (A) se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
 - (B) proferida por juiz impedido ou relativamente incompetente.
 - (C) resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.
 - (D) ofender a coisa julgada.
 - (E) depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.
-

59) Felipe, servidor público municipal de Silveira Martins, está respondendo a processo administrativo disciplinar sobre suspeita de inassiduidade habitual. Para atuar em sua defesa, solicitou atuação do Procurador Jurídico Municipal como seu defensor. A respeito do caso hipotético, é possível afirmar:

- (A) O Procurador Jurídico Municipal está impedido de atuar como defensor de funcionário público demandado em processo administrativo disciplinar, em razão do Estatuto da OAB.
 - (B) Não há problema em o Procurador atuar na defesa de Felipe, pois se trata de servidor público do próprio Município.
 - (C) O Procurador Jurídico Municipal não está impedido de atuar como defensor de funcionário público demandado em processo administrativo disciplinar, em razão do Estatuto da OAB.
 - (D) O Procurador somente pode atuar na defesa de Felipe caso o processo administrativo disciplinar seja encaminhado para a justiça comum.
 - (E) Uma vez o funcionário não tendo meios de arcar com sua defesa, não poderá ser nomeado defensor público ou advogado militante na comarca.
-

60) A Administração Pública Municipal, instaurou processo administrativo disciplinar em detrimento de determinado servidor municipal, ocupante de cargo efetivo. O servidor contrata o advogado Tício para defendê-lo no referido

processo. Tício requer vista dos autos do processo administrativo disciplinar e apresentando procuração requer que seja intimado para acompanhar todos os atos processuais. O presidente da comissão do processo administrativo disciplinar indefere preliminarmente o requerimento de Tício alegando a desnecessidade de atuação de advogado junto ao processo administrativo, conforme preceitua a Súmula Vinculante nº. 5.

Diante do caso acima apresentado, assinale a opção correta:

- (A) O entendimento do presidente da Comissão de Processo Administrativo está correto, visto que a Súmula Vinculante nº. 5 preconiza que "a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição", portanto pode ele indeferir preliminarmente o pedido de vistas dos autos do processo por Tício.
- (B) A atuação do advogado é obrigatória em todos os processos administrativos disciplinares, sob pena de nulidade.
- (C) O direito de vista, assegurado no artigo 7º, XIII, do Estatuto da OAB, é aplicável também aos processos administrativos.
- (D) Diante da Súmula Vinculante nº. 5, a regra é a presença do advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.
- (E) No caso em tela, não se aplica o direito de vistas assegurado no artigo 7º, XIII, do Estatuto da OAB.